

“A maior resposta a todos os ataques, críticas e crises que atravessamos é esse resultado.”

MARCONI PERILLO (PSDB), candidato à reeleição ao governo de Goiás, sobre os 45,86% dos votos recebidos no primeiro turno.

“Agora, serão dez minutos para cada lado.”

IRIS REZENDE (PMDB), candidato ao governo de Goiás, sobre espaço igual na propaganda eleitoral na TV para o segundo turno.

Da Redação



LEANDRO RESENDE

leandro.resende@opopular.com.br

ESTE COLUNISTA ESCREVE ÀS TERÇAS-FEIRAS

PT e PSDB na economia

O debate econômico das eleições de 2014 foi, até agora, um dos mais superficiais da história — seja na eleição para governadores do Estado seja na presidencial. Esse inosso pode ser reduzido com o segundo turno. A disputa se aprofundou e os “financistas” vão ficar cada vez mais em tempo. Mas em que o PT e o PSDB divergem na área econômica (fiscal, monetária e cambial)?

O eleitor precisa analisar o que fizeram no passado, pois os atuais planos de governo são rascos, isso quando são apresentados. Assim, nada garante que a atitude no futuro repita os erros e acertos de gestões de seus partidos no passado — apenas servem de parâmetro.

Fundado por trabalhadores em 1986, o PT governou o País em três mandatos, de 2002 a 2014. O PSDB, que é de 1988, presidiu o Brasil por duas vezes, de 1994 a 2002.

Em suas duas primeiras gestões, o PT de Lula fortaleceu a política monetária arrochada. A marca do PSDB de Fernando Henrique, com redução gradativa dos juros, até achar o ponto de

equilíbrio da inflação. Dilma Rousseff assumiu o governo e — talvez tenha sido uma decisão (para muitos, um erro) determinante — ao escolher entre o monetarista Henrique Meirelles (BC) e o desenvolvimentista Guido Mantega (Fazenda), que conviviam sob conflito nas gestões anteriores, ela definiu o primeiro. Sem Meirelles, Mantega não acertou a mão no desenvolvimento e o BC, menos independente que na época de Lula, perdeu o equilíbrio entre juro e inflação.

O PSDB defende o regime de metas inflacionárias, mescladas com uma prática de juros altos até atingir o controle de preços. Chega a ser teimoso e gera críticas sucessivas.

Além disso, parte do empresariado quer a volta do PSDB, mas cerrou flechas nas gestões FHC contra o juro alto. É um sinal de que preferem maior controle inflacionário à inflação em alta com baixo crescimento? Se for por este lado, é um avanço cultural empresarial que opta por organização em contas a expandir com um “moderado e perigoso” descontrolado de preços e desajuste fis-

cal. É verdade que é preciso arrotar para saber se é memória fraca ou uma nova cultura.

No lado fiscal, o PT é gastador. O PSDB segura mais, um mão fechada. Um busca crescer, movimentar a economia, com alto gasto operacional — mas baixo investimento. O outro, quer ajustar a política fiscal primeiro antes de avançar. Os dois erraram a dose em suas gestões.

Na taxonomia política tradicional, diz-se que o PT é estatista; o PSDB, privatizante. Mas como a gestão de estatistas tem sido questionada por ineficiência e corrupção, o discurso de ser estatizante não conta muitos pontos. No câmbio, o PT atuou mais com a taxa desvalorizada — com intervenções. O PSDB foi mais flutuante — também intervindo.

As duas linhas de gerir o País podem até funcionar no médio prazo, mas é preciso que evoluam muito para melhorar o País para o futuro. Contudo, para avançar, falta um estatista para reformar o País. Nem Dilma nem Aécio (nem mesmo a derrotada Marina) tem este perfil.

A interiorização da saúde



MANOEL RODRIGUES CHAVES

O debate que se instalou no País, por ocasião da implantação do Programa Mais Médicos, tem sido feito de forma superficial, político-partidária e centrada basicamente na presença e contribuição dos médicos estrangeiros, sobretudo os cubanos. É preciso avançar na concepção do programa para além da superficialidade das discussões midiáticas, que ora o colocam como um programa partidário e eleitoral, ora se alinham na defesa intransigente das categorias profissionais, como se estas tivessem credenciais para assumir o protagonismo sobre as políticas públicas de Estado.

O Estado de Goiás possui peculiaridades territoriais importantes. Localizado no centro geográfico do País, ele se situa como um anteparo de oferta de serviços especializados entre o Norte e o Sul, divisão clássica que separa historicamente os dois “Brasis”. No campo específico da oferta de serviços especializados e qualificados nos vários ramos da saúde é sabido que o eixo Goiânia/Anápolis se coloca em destaque no cenário nacional e polariza uma imensa base territorial do Centro, Norte e Nordeste do País. No plano geográfico goiano essa relação também se estabelece em uma rede concêntrica, da periferia para o centro e sem ainda uma rede estruturada em termos de saúde pública. O fluxo de encaminhamentos de

pacientes do interior, em distâncias imensas (pensemos em um paciente com uma fratura exposta viajando 300 quilômetros em uma ambulância), nem sempre segue uma regra de transição entre baixa e alta complexidade. Não raro, o encaminhamento se dá por uma resposta política imediata da prefeitura até por não ter condições mínimas de atender a urgências e emergências. As casas de apoio aos municípios espalhadas por Goiás, sempre abarrotadas de pacientes, também são um sintoma clássico de resposta política a essa concentração de serviços.

Uma etapa fundamental para o fortalecimento de uma rede pública no Estado começa a ser delineada com a oferta de cursos de graduação na área de saúde, com ênfase na saúde coletiva, principalmente pela Universidade Federal de Goiás, por meio de suas regionais. Jatai começa a ganhar contornos e fortalecer-se como núcleo regional importante de formação, com os cursos de biomedicina, fisioterapia, psicologia, enfermagem e mais recentemente o início da primeira turma curso de medicina. No Câmpus da Regional Catalão, que já oferta os cursos de enfermagem e psicologia, o MEC acaba de autorizar o curso de medicina para início em 2016. Ao todo o MEC autorizou a expansão de 110 vagas para a UFG, acompanhadas de 120 cargos de docentes e 60 cargos de técnicos administrativos, além de recursos de capital e custeio. Esses dois câmpus já desenvolvem plenamente a graduação e pós-graduação no âmbito das áreas básicas — exatas e biológicas. O Câmpus da Regional Cidade de Goiás se articula com a sociedade local e regional tendo em vista as perspectivas de avanços para a formação na área da saúde, inclusive, com possibilidade de outro projeto de curso de medicina.

A interiorização dos cursos de graduação na área da saúde, como o de medicina, orientado pelo sistema federal de ensino superior, contribuirá em médio prazo, no Estado de Goiás e em outras regiões brasileiras, para dimensionar a rede pública de atenção primária à população distante dos grandes centros,

além de propiciar a revitalização de centros de saúde em todo o Estado, hoje sucateados por absoluta falta de profissionais e por dificuldades estruturais enfrentadas, sobretudo por municípios de pequeno porte. A orientação dada pelos projetos pedagógicos dos cursos, quanto ao aspecto formativo, é no sentido de garantir que o campo e os cenários de prática sejam instalados em todos os municípios da região de abrangência dos cursos, principalmente no que se refere a relação leito/estudante, equipes de saúde da família e atendimento de urgência e emergência. Além disso, a rede de saúde instalada no município que sedia o curso deve fornecer as condições de atendimento e infraestrutura capazes de oferecer, ao final da implantação, pelo menos três áreas de residências médicas.

O resultado desse processo, esperado para uma década, é a efetiva ampliação do atendimento à atenção primária à população, articulado com uma rede regional especializada, com forte apelo à descentralização do atendimento à saúde no interior de Goiás. O debate sobre Programa Mais Médicos, sobretudo no aspecto formativo, deve ultrapassar os simplismos enunciados nas políticas partidárias e nos conselhos de classe, para entendermos o real alcance da proposta e os benefícios coletivos que ela assinala. A sua consolidação deve ser concebida e fortalecida como uma política de Estado, ancorada em um forte princípio republicano e federativo.

Deve ser lembrado, finalmente, que o tempo aproximado para formação adequada de um profissional médico — entre seis e oito anos —, é por demais suficiente para se discutir, propor e aprovar uma carreira, de Estado que valorize, dignifique e dê condições para que os profissionais de saúde formados para a atenção básica da população dediquem-se integralmente à tarefa nobre de cuidar das pessoas, especialmente, antes que elas adoçam.

MANOEL RODRIGUES CHAVES é professor e orientador dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Gestão Organizacional — Regional Catalão e vice-reitor da UFG

Qualidade para poucos



RONALDO MOTA

O momento é de eleições. E uma palavra que se repete em todos os programas dos candidatos é qualidade. Nem sempre eles deixam claro de qual qualidade estão falando, tampouco para quem. No entanto, esta talvez seja a questão mais essencial e que, por certo, definirá a conduta do futuro governante.

A absoluta relevância deste esclarecimento deve-se ao fato de que o Brasil é uma estranha e complexa nação que aprendeu a fazer coisas boas e para muitos. Só não aprendeu a fazer essas duas coisas ao mesmo tempo. Quando faz coisas boas, o faz em geral para poucos, e quando faz para muitos, normalmente incorpora baixa qualidade.

E o que nos faz termos perspectiva? É que tivemos substanciais avanços na história recente, evidenciando que podemos ir muito além. Citemos três exemplos: a Constituição do final da década de 80 nos conferiu estabilidade política e das instituições; o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal marcaram a década seguinte, viabilizando a moeda estável e o planejamento mínimo nas contas públicas e privadas; e, por fim, os avanços sociais da última década, conjugando crescimento com redução de desigualdades sociais.

E o que nos faz sermos tão céticos? Em primeiro lugar, porque os atributos acima não são suficientes ou sustentáveis. Nossa democracia não nos fez mais confiantes nos políticos, na política e nas instituições, o que é grave. Nossa economia dá sinais de incapacidade de crescimento sustentável, inerosos que estamos rumo num modo de globalização e altamente competitivo, onde exportamos alimentos e minérios (o que é bom) e tendemos a ser mercado importador de praticamente todos os itens de média e alta tecnologia (o que é péssimo).

Por fim, nosso enfrentamento de desigualdades sociais não teve, por enquanto, reflexos evidentes na educação, que continua precária; na saúde, que embora universalizada é de má qualidade; e de segurança, cujos índices, em geral, dão demonstrações de piores permanentes.

Particularmente na educação nosso drama está centrado no ensino básico, com sua expressão mais grave no ensino médio. Colocamos as crianças na escola, o que foi uma conquista admirável, mas elas não aprendem o suficiente e não há indicadores confiáveis e significativos de que estamos melhorando. Mesmo crescendo menos economicamente, se estivessemos melhorando de forma substantiva na educação, o cenário seria positivo. Mas este não é o quadro.

Soluções educacionais no horizonte? Um exemplo simples, entre vários: temos o mais caro acesso à internet e de qualidade sofrível. Mesmo assim, temos mais de 100 milhões de obcecados usuários, apontando que formamos um caldo cultural próprio e que as tecnologias digitais, conjugadas às metodologias educacionais inovadoras, podem fazer a diferença.

RONALDO MOTA é reitor da Universidade Estadual de S4 e professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Maria

Remover obstáculos para crescer



CARLOS ALBERTO DE PAULA MOURA JÚNIOR

Em recente encontro empresarial, discutimos tendências em gestão, inovação, soluções tecnológicas e sustentabilidade nos negócios da construção. Com larga experiência profissional, o engenheiro civil Roberto de Souza avaliou que o mercado imobiliário continua promissor, mas que as empresas incorporadoras e construtoras têm uma árdua agenda a cumprir. A começar pelo processo de resgate da engenharia, verificado nos últimos anos ao longo da fase de crescimento do mercado imobiliário, e pelo resgate das boas práticas do setor, incluindo planejamento, gestão da qualidade, qualificação e capacitação da mão de obra, todos esses fatores conquistando confiança e a própria valorização dos em-

preendimentos.

Também é possível aprimorar os projetos a fim de contribuir para maior agilidade na tramitação dos mesmos. Nunca é demais lembrar que a burocracia para a aprovação de novos projetos é reconhecida por entidades do porte da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) como um dos maiores problemas na agenda de desenvolvimento da construção e responsável pelo aumento de no mínimo 12% nos custos dos empreendimentos imobiliários, o que resulta em atrasos nos cronogramas e prejuízos econômicos para a sociedade.

O Fórum Goiano da Habitação (FGH) vem insistindo na remoção de tantas exigências desnecessárias e no aperfeiçoamento da gestão pública como prioridades. A burocracia excessiva deve ser combatida. Uma das propostas é a de implantar o Vapt-Vupt Imobiliário, com atendimento virtual para agilizar a análise de novos projetos habitacionais e, assim, atender a contento a demanda.

Além de uma administração que trabalhe com um planejamento que contemple ações de longo prazo e investimentos em projetos estruturais que acompanhem o crescimento de áreas de maior expansão demográfica na Grande Goiânia e nas cidades goianas, exige-se do gestor uma postura enérgica para combater com sucesso a morosidade da máquina estatal e dar celeridade aos projetos. É fato que, atendida essa reivindicação, todos ganham, pois a demora na aprovação implica em postergar a captação de receitas fiscais, tanto

pelos municípios quanto pelo próprio Estado.

Para melhorar o cenário atual também são necessárias mudanças capazes de remover a insegurança jurídica que ronda o empreendedor e o cidadão, por conta de legislações ora inexistentes, ora inadequadas, ora alteradas com divergências que não adaptadas à realidade do mercado. Em relação a esse ponto, foi apresentada aos candidatos ao governo de Goiás sugestão de criar um grupo especial de análise de projetos imobiliários, a exemplo do existente em São Paulo, lá denominado de Grapohab. Este grupo concentra vários órgãos de aprovação de projetos, trabalha com leis unificadas e regras próprias para vários tipos de empreendimentos (parcelamento de solo e incorporações) oportunizando, inclusive, a sua (d)sa pelo interessado. Com isso, a empresa demandante obterá uma resposta única e segura de todos os órgãos competentes.

As entidades do setor construtivo e empresarial atuam, assim, proativamente em favor de regras justas para a comunidade, a exemplo do trabalho desenvolvido em relação à cobrança de impostos (IPTU/ITU), resultante do diálogo e de tratativas mantidas pelas entidades com a Prefeitura de Goiânia. É preciso atitude e vontade de somar para mudar. É preciso ousar para promover mudanças. É preciso remover os empecilhos que impedem o desenvolvimento pleno de Goiás.

CARLOS ALBERTO DE PAULA MOURA JÚNIOR é presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Goiás (Sindiccon-GO)